



REGULAMENTO DA CAF – CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA

SEÇÃO I DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art.1º As partes, por meio de convenção de arbitragem, ao contratarem submeter qualquer pendência para ser resolvida por arbitragem, perante CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA concordam e ficam vinculadas ao presente Regulamento e as normas de funcionamento da mesma.

Art.2º Qualquer alteração ao presente Regulamento que tenha sido acordada pelas partes só terá aplicação ao caso específico.

Art.3º. A CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA não decide as controvérsias que lhe são encaminhadas; apenas administra e vela pelo correto desenvolvimento do procedimento arbitral, indicando e nomeando árbitro(s), quando não disposto de outra forma pelas partes.

Art.4º A CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA poderá prover os serviços de administração de arbitragens nas suas próprias instalações ou utilizar instalações de instituições com as quais tenha convênios ou acordos de cooperação, se a tanto julgar conveniente.

SEÇÃO II DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

Art.5º Aquele que desejar dirimir litígio relativo a direitos patrimoniais disponíveis, decorrentes de contrato – ou documento apartado – que contenha a cláusula compromissória prevendo a competência da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, deve comunicar, por escrito ou através de formulário no site próprio da Câmara, sua intenção à CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, em número suficiente de cópias de modo a permitir que uma via e seus anexos fiquem arquivados na CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA e as demais sejam encaminhadas ao(s) demandado(s).

Art.6º A notificação de arbitragem deverá conter, pelo menos, o nome, endereço e qualificação das partes; a matéria que será objeto da arbitragem com seu montante real ou estimado; valor de aceitação de acordo financeiro; referência ao contrato do qual deriva o litígio; referência à convenção de arbitragem e uma proposta sobre o número de árbitros, quando não previsto anteriormente em cláusula arbitral.

Art.7º Neste momento, ou previamente ao protocolo da notificação de arbitragem, a CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA poderá indagar se há interesse por parte do demandante de se consultar o(s) demandado(s) sobre a possibilidade de se utilizar a mediação como alternativa à solução do litígio.

Art.8º A CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA enviará ao(s) demandado(s) cópia da notificação de arbitragem, com seus anexos, bem como um exemplar deste Regulamento, convidando-o(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar árbitro da lista oficial da Câmara, e, querendo, manifestar-se sobre a intenção da demandante, também por escrito ou através de formulário no site próprio da Câmara.

Art.9º A CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, na mesma oportunidade, solicitará ao demandante para, em idêntico prazo, indicar árbitro da lista oficial da Câmara, caso não o tenha feito na notificação de arbitragem.

Art.10 A CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA comunicará as partes a respeito da indicação dos árbitros da parte contrária, anexando as respectivas declarações de independência do árbitro prolatada pelo presente Regulamento.

Art.11 O presidente do Tribunal Arbitral será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas partes.

Art.12 Se qualquer das partes deixarem de indicar seu árbitro no prazo estipulado o Presidente da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA fará a nomeação. Caberá igualmente ao Presidente da Câmara indicar o árbitro que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, na falta de tal indicação, pelos árbitros indicados ou pelas partes.

Art.13 O Tribunal Arbitral será composto por 03 (três) árbitros, podendo as partes acordar que o litígio seja dirimido por árbitro único, indicado, por elas, de comum acordo. Inexistindo consenso quanto à indicação do árbitro único, este será designado pelo Presidente da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA.

Art.14 Havendo pluralidade de demandantes ou demandados (arbitragem de partes múltiplas), cada lado indicará, de comum acordo, um árbitro, observando-se o previsto nos itens antecedentes.

Art.15 A Notificação de Arbitragem, a manifestação do(s) demandado(s), a definição do número e a composição do Tribunal Arbitral compreendem a fase preliminar à instituição da arbitragem. As alegações de fato e de direito das partes serão apresentadas oportunamente ao próprio Tribunal Arbitral.

Art.16 Terminada a fase preliminar, as partes serão convocadas pela CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA para elaborar o TERMO DE ARBITRAGEM a que alude a Seção III deste Regulamento.

SEÇÃO III DO TERMO DE ARBITRAGEM

Art.17 As partes e árbitro(s) preencherão os respectivos Formulários online do Termo de Arbitragem, no site da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA.

Art.19 Os respectivos Termos de Arbitragem conterão:

- I. O nome, qualificação e endereço das partes, bem como dos seus respectivos procuradores, se houver;
- II. O nome e qualificação dos árbitros indicados, e, se for o caso, dos seus respectivos substitutos;
- III. O nome e qualificação do árbitro que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral;
- IV. A matéria objeto da arbitragem;
- V. O valor real ou estimado do litígio;
- VI. A responsabilidade pelo pagamento das custas da arbitragem;
- VII. A autorização para que o(s) árbitro(s) julgue(m) por equidade, se assim foi convencionado pelas partes;
- VIII. O lugar no qual será proferida a sentença arbitral.

Art.20 As partes firmarão o Termo de Arbitragem juntamente com os árbitros indicados e por duas testemunhas. A ausência de assinatura de qualquer das partes não impedirá o regular processamento da arbitragem; tampouco que a sentença arbitral seja proferida.

Art.21 Em qualquer hipótese, a CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA dará ciência às partes de todos os atos do processo arbitral.

SEÇÃO IV DOS ÁRBITROS

Art.22 Os litígios poderão ser resolvidos por 01 (um) ou por 03 (três) árbitros. A expressão “Tribunal Arbitral” empregada neste Regulamento inclui um ou 03 (três) árbitros, conforme seja o caso.

Art.23 Somente poderão ser indicados para a função de árbitro os membros da lista oficial de árbitros da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA.

Art.24 Os profissionais ao aceitarem ser árbitros nas arbitragens administradas pela CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, ficam obrigados a obedecer este Regulamento, as normas de funcionamento da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, o Código de Ética da Fisioterapia e os códigos relativos ao direito civil.

Art.25 O profissional indicado como árbitro deverá ser imparcial e independente, assim permanecendo durante todo o processo arbitral.

Art.26 Antes de aceitar a função, o profissional indicado a atuar como árbitro deverá revelar todas as circunstâncias que possam gerar dúvidas justificadas acerca de sua imparcialidade ou independência, firmando DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA junto à CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA que enviará cópia às partes.

Art.28 Não poderá ser nomeado árbitro aquele que:

- I. For parte no litígio;
- II. Tenha atuado no litígio como mandatário de qualquer das partes, testemunha ou perito;

- III. For cônjuge ou parente até o terceiro grau de qualquer das partes ou de seus procuradores;
- IV. Participar, ou tenha participado, de órgão de direção ou administração de pessoa jurídica que seja parte no litígio ou participe de seu capital;
- V. For amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus procuradores;
- VI. For de qualquer outra forma, interessado, direta ou indiretamente, no julgamento da causa em favor de qualquer das partes ou ter se manifestado anteriormente, opinando sobre o litígio ou aconselhando alguma das partes;
- VII. Ter atuado como mediador, antes da instituição da arbitragem, salvo convenção em contrário das partes.

Art.29 Ocorrendo qualquer das hipóteses referidas no item anterior compete ao árbitro recusar a indicação ou apresentar renúncia, mesmo quando tenha sido indicado por ambas as partes, ficando pessoalmente responsável pelos danos que vier a causar pela inobservância desse dever.

Art.30 Desejando recusar um árbitro, a parte deverá enviar à CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA as suas razões por escrito, dentro de 5 (cinco) dias contados da ciência da nomeação ou no prazo de 5 (cinco) dias da data em que tomou conhecimento das circunstâncias que deram lugar à recusa.

Art.31 Ao recebimento de tal recusa a CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA deverá dar ciência à outra parte. Quando um árbitro for recusado por uma parte, a outra poderá aceitar a recusa, devendo o árbitro, nesta hipótese, afastar-se. Mesmo inexistindo tal consenso, o árbitro recusado poderá afastar-se. Em nenhum dos casos, seu afastamento implica aceitação da validade das razões da recusa.

Art.32 Se a outra parte manifestar objeção à recusa ou o árbitro recusado não se afastar a CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA tomará decisão definitiva sobre a questão, sendo desnecessária qualquer justificativa. Havendo necessidade de a parte efetuar nova indicação, será instada a fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias. Não ocorrendo tal indicação, o Presidente da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA fará tal nomeação.

Art.33 Se no curso do procedimento arbitral, sobrevier alguma das causas de impedimento ou suspeição, ou ocorrer morte ou incapacidade de qualquer árbitro, será ele substituído pelo árbitro substituto designado no Termo de Arbitragem.

Art.34 Não havendo menção prévia sobre a existência de substituto, ou, na hipótese deste não puder assumir por qualquer motivo e a qualquer tempo, caberá ao Presidente da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA fazer a indicação.

SEÇÃO V DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

Art.35 As partes podem ser assistidas ou representadas por procurador constituído por instrumento procuratório.

Art.36 Excetuada a manifestação expressa contrária da(s) parte(s), todas as comunicações poderão ser efetuadas ao procurador por ela(s) nomeado que revelará à CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA o seu endereço para tal finalidade.

Art.37 Na hipótese de alteração do endereço para onde devam ser enviadas as comunicações, sem que a CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA seja prévia e expressamente comunicada, valerá para os fins previstos neste regulamento, todas as comunicações encaminhadas para o endereço anteriormente informado.

Art.38 Os advogados constituídos gozarão de todas as faculdades e prerrogativas a eles assegurados pela legislação e Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados, cumprindo-lhes exercer o mandato com estrita observância das referidas normas e com elevada conduta ética.

SEÇÃO VI DAS COMUNICAÇÕES, PRAZOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

Art.39 Salvo disposição contrária das partes, todas as notificações, declarações e comunicações escritas poderão ser enviadas por meio de carta registrada, ou correio eletrônico endereçadas à parte ou ao seu procurador.

Art.40 A comunicação determinará o prazo para cumprimento da providência solicitada, contando-se este por dias corridos, não se interrompendo ou se suspendendo pela ocorrência de feriado ou de dia em que não haja expediente útil.

Art.41 Os prazos fixados neste regulamento começarão a fluir no primeiro dia seguinte ao da juntada aos autos do comprovante de recebimento da comunicação e incluirão o dia do vencimento. Prorrogar-se-á o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento tiver lugar em dia feriado ou em data em que não haja expediente útil no local da sede da arbitragem ou no da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA ou no de qualquer uma das partes.

Art.42 Os prazos previstos neste regulamento poderão ser estendidos por período não superior aquele nele consignado, se estritamente necessário, a critério do presidente do Tribunal Arbitral, ou, do Presidente da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, no que se refere aos atos de sua competência.

Art.43 Todo e qualquer documento endereçado ao Tribunal Arbitral será protocolado na secretaria física ou online da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA em número de vias equivalente ao número de árbitros, de partes e mais um exemplar para formar o processo arbitral perante a CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA.

SEÇÃO VII DO LUGAR DA ARBITRAGEM

Art.44 Na falta de acordo entre as partes sobre o lugar da arbitragem, este será determinado pelo Tribunal Arbitral, tendo em conta as circunstâncias do caso e a conveniência das partes.

Art.45 Para o oportuno processamento da arbitragem, o Tribunal Arbitral poderá, salvo convenção das partes em contrário, reunir-se em qualquer local que julgue apropriado para consultas entre os seus membros, inclusive de forma online pela rede de mundial computadores, para oitiva de testemunhas, de peritos ou das partes, bem como para exame de quaisquer bens ou documentos.

SEÇÃO VIII DO IDIOMA

Art.47 As partes podem escolher livremente o idioma a ser utilizado no procedimento arbitral. Na falta de acordo, o Tribunal Arbitral o determinará, considerando as circunstâncias relevantes da relação jurídica em litígio, em especial o idioma em que foi redigido o contrato.

Art.48 O Tribunal Arbitral poderá determinar que qualquer documento seja vertido para o português ou para o idioma da arbitragem.

SEÇÃO IX DO PROCEDIMENTO ARBITRAL

Art.49 O Tribunal Arbitral promoverá inicialmente tentativa de conciliação entre as partes, através de audiência online, em Sala de Audiência Virtual da CAF – CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, em data/hora previamente marcada. Frustrada a conciliação, o Tribunal Arbitral assinará prazo de 30 (trinta) dias para que estas apresentem suas alegações de fato e de direito, encaminhando documentos e requerendo provas.

Art.50 A CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, nos 5 (cinco) dias subsequentes ao recebimento das alegações das partes, remeterá as respectivas cópias para os árbitros e as partes, sendo que estas, no prazo de 10 (dez) dias, apresentarão as respectivas réplicas.

Art.51 Decorrido o prazo para a apresentação das réplicas, o Tribunal Arbitral apreciará as eventuais questões preliminares e avaliará o estado do processo, designando, nova audiência online.

Art.52 As partes podem apresentar todas as provas que julgarem úteis à instrução do processo e ao esclarecimento dos árbitros. As partes devem, ainda, apresentar todas as provas disponíveis que qualquer membro do Tribunal Arbitral julgue necessárias para a compreensão e solução do litígio na audiência online.

Art.53 O Tribunal Arbitral conduzirá a arbitragem do modo que lhe aprover, sempre respeitados os princípios do contraditório, da ampla defesa, da igualdade das partes, da sua imparcialidade e de seu livre convencimento.

Art.54 Caso entenda necessária a realização de audiência de instrução, o presidente do Tribunal Arbitral convocará as partes e demais árbitros, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, acerca da respectiva data, local e hora.

Art.55 A audiência marcada terá lugar ainda que qualquer das partes, regularmente notificada, a ela não compareça, não podendo a sentença, entretanto, fundar-se na ausência da parte para decidir.

Art.56 O presidente do Tribunal Arbitral, se as circunstâncias o justificarem, poderá determinar a suspensão ou o adiamento da audiência. A suspensão ou o adiamento será obrigatório se requerida por todas as partes, devendo, desde logo, ser designada data para sua realização ou prosseguimento.

Art.57 O Tribunal Arbitral poderá determinar medidas coercitivas ou cautelares, e, quando necessário requererá auxílio a autoridade judicial competente para a execução da referida medida. Se ainda não instalado o Tribunal Arbitral, as partes poderão requerer tais medidas à autoridade judicial competente, devendo, neste caso, dar ciência imediata à CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA.

Art.58 Encerrada a instrução, o Tribunal Arbitral concederá prazo não superior a 15 (quinze) dias para que as partes ofereçam suas alegações finais, podendo ser substituídas por razões orais em audiência, se for de conveniência das partes.

SEÇÃO X DA SENTENÇA ARBITRAL

Art.59 Salvo se as partes convencionarem de modo diverso, o Tribunal Arbitral proferirá a sentença em até 30 (trinta) dias, contados do término do prazo para as alegações finais das partes, podendo tal prazo ser prorrogado, por igual período, pelo presidente do Tribunal Arbitral.

Art.60 A sentença arbitral será proferida por maioria de votos, cabendo a cada árbitro, inclusive ao Presidente, voto singular. Se não houver acordo majoritário, prevalecera o voto do presidente do Tribunal Arbitral.

Art.61 A sentença arbitral será reduzida a termo pelo presidente do Tribunal Arbitral e assinada por todos os árbitros, porém, a assinatura da maioria confere-lhe validade e eficácia. Caberá ao presidente do Tribunal Arbitral certificar a ausência ou divergência quanto a assinatura da sentença arbitral pelos árbitros.

Art.62 A sentença arbitral conterá:

- I. O Relatório, com o nome das partes e um resumo do litígio;
- II. Os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade;
- III. O dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para cumprimento da decisão, se for o caso;
- IV. A data e o lugar em que foi proferida.

Art.63 A sentença arbitral conterà ainda a fixação das custas da arbitragem cujos valores serão extraídos da Tabela de Custas e Honorários da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, bem como, a responsabilidade de cada parte pelo pagamento destas verbas, respeitado o contido no TERMO DE ARBITRAGEM.

Art.64 A CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, tão logo receba a sentença arbitral, entregará pessoalmente às partes uma via, podendo encaminhá-las por via postal ou outro meio de comunicação, mediante comprovação de recebimento.

Art.65 As partes, ao eleger as regras da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA ficam obrigadas a acatar e cumprir este Regulamento e a Tabela de Custas e Honorários, reconhecendo que a sentença arbitral será cumprida espontaneamente e sem atrasos, não se admitindo qualquer recurso, ressalvadas as defesas expressamente previstas na Lei nº 9307 de 23 de Setembro de 1996.

SEÇÃO XII DAS CUSTAS DA ARBITRAGEM

Art.66 Constituem custas da arbitragem:

- I. A taxa de registro;
- II. A taxa de administração da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA ;
- III. Os honorários do Tribunal Arbitral;
- IV. Os gastos de viagem e outras despesas realizadas pelo Tribunal Arbitral;
- V. Os honorários periciais, bem como qualquer outra despesa decorrente de assistência requerida pelo Tribunal Arbitral.

Art.67 Ao protocolar a Notificação de Arbitragem, a demandante deverá efetuar o pagamento da Taxa de Registro, extraída da Tabela de Custas e Honorários da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, para fazer frente às despesas iniciais do processo arbitral, valor este que não estará sujeito a reembolso.

Art.68 A taxa de administração será cobrada pela CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA com base em percentual sobre o interesse econômico do litígio e se destinará a cobrir os gastos de funcionamento da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA.

Art.69 Instituída a arbitragem, o Tribunal Arbitral poderá determinar às partes que, em igual proporção, depositem 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente à taxa de administração e aos honorários do(s) árbitro(s), segundo o contido na Tabela de Custas e Honorários da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA.

Art.70 No caso de não pagamento por qualquer das partes da taxa de administração e/ou dos honorários do(s) árbitro(s), no tempo e nos valores fixados, caberá a outra parte adiantar o respectivo valor de modo a permitir a realização da arbitragem, procedendo-se ao acerto das contas ao final do processo arbitral.

Art.71 Todas as despesas que incidirem ou forem incorridas durante a arbitragem serão suportadas pela parte que requereu a providência, ou pelas partes, igualmente, s decorrentes de providências requeridas pelo Tribunal Arbitral.

Art.72 A responsabilidade pelo pagamento da taxa de administração, dos honorários do(s) árbitro(s) e das demais despesas incorridas e comprovadas no processo arbitral, seguirá o contido no Termo de Arbitragem. Sendo silente, a parte vencida ficará responsável pelo pagamento das referidas verbas.

Art.73 Não será cobrado das partes qualquer valor adicional no caso do Tribunal Arbitral ser solicitado a corrigir erro material da sentença arbitral, a esclarecer alguma obscuridade, dúvida ou contradição na mesma ou ainda, a se pronunciar sobre ponto omitido a respeito do qual devia manifestar-se a decisão.

Art.74 A Tabela de Custas e Honorários elaborada pela CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA poderá ser por ela periodicamente revista, respeitado quanto às arbitragens já iniciadas o previsto na tabela então vigente.

SEÇÃO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.75 Salvo estipulação em contrário das partes aplicar-se-á a versão do Regulamento vigente na data do protocolo, na CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA, da Notificação de Arbitragem.

Art.76 O processo arbitral é sigiloso sendo vedado às partes, aos árbitros, aos membros da CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA e às pessoas que tenham participado no referido processo, divulgar informações a ele relacionadas.

Art.77 Quando houver interesse das partes, comprovado através de expressa e conjunta autorização, poderá a CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA divulgar a sentença arbitral.

Art.78 Desde que preservada a identidade das partes, poderá a CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA publicar, em ementário, excertos da sentença arbitral.

Art.79 A CAF - CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA poderá fornecer a qualquer das partes, mediante solicitação escrita, e, recolhidas as custas devidas, cópias certificadas de documentos relativos ao processo arbitral.

Art.80 Caberá aos árbitros interpretar e aplicar o presente Regulamento aos casos específicos, inclusive lacunas existentes, em tudo o que concerne aos seus poderes e obrigações.

Art.81 Nas arbitragens internacionais, competirá às partes a escolha da lei aplicável ao mérito do litígio. Não havendo previsão ou consenso a respeito, competirá ao Tribunal Arbitral indicar as regras que julgue apropriadas, levando-se em consideração as estipulações do contrato, os usos, costumes e regras internacionais do comércio.

Art.82 Este Regulamento se ajustará automaticamente às eventuais leis relacionadas à arbitragem nacional, repassando às partes as referidas mudanças caso se verifique interferência em vossos procedimentos arbitrais.

Art.83 Os casos omissos ou diferenciados submetidos à CAF – CÂMARA ARBITRAL DE FISIOTERAPIA deverão ser analisados pelo árbitro ou pelo tribunal arbitral para a melhor adequação.

Florianópolis, Julho de 2015.

Presidência da CAF – CÂMARA ARBITRAL
DE FISIOTERAPIA